

## A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E *O JULGAMENTO DE SÓCRATES* DE I. F. STONE

José Benjamim de Lima

Stone foi um jornalista estadunidense notável pela sua capacidade investigativa independente, pela defesa radical da liberdade de imprensa e de crítica e pela ironia contundente com que fustigava os poderosos, os vícios do comodismo bem pensante e os opositores de gabinete. Suas tiradas já nasciam antológicas. Nunca confiou na grande imprensa. Nem nos governos. Sua conclusão, nascida de uma longa e íntegra experiência como jornalista independente: ***“Todo governo é mentiroso”***.

***“O julgamento de Sócrates”*** (I. F. Stone, Cia das Letras, 1996, tradução de Paulo Henriques Britto) é um livro de leitura oportuna, especialmente em tempos em que se discutem os limites de um direito básico que parece ter nascido com a democracia ateniense, a liberdade de expressão. Oportuno também considerar que em nome da defesa das democracias também se sacrificam pessoas e valores, embora incomparavelmente menos que nas tiranias. Nunca é demais lembrar que Sócrates foi condenado à morte sob a acusação de corromper a juventude e atentar contra a democracia grega.

Sócrates, no fundo, parece que era, antes de tudo, um grande gozador; fustigava sem contemplação as supostas verdades sagradas de seu tempo. Nas conclusões de Stone, o filósofo, embora jamais tivesse concretamente conspirado contra a democracia ateniense, era ferrenho crítico dos ideais democráticos baseados, fundamentalmente, na vontade da maioria daqueles que detinham o *status* de cidadãos. Sócrates desdenhava abertamente da ideia de que o bom governo pudesse ser produto da vontade da maioria. Ao filósofo abominava, como sugere o jornalista, que a política ateniense se baseasse “numa contagem de cabeças, como quem conta repolhos”.

Mas o filósofo que não admite reis ou governantes escolhidos pela multidão ou por sorteio, rejeita também os tiranos, ou seja, aqueles cujo poder resulte da força ou da trapaça. Igualmente refuta a monarquia na sua forma tradicional. Na sua concepção, só quem tem condições de bem governar e exercer o poder, aqueles reis ou governantes que considera verdadeiros ou ideais, são “aqueles que sabem”, ou seja, aquele que tivesse conhecimento e domínio das boas técnicas de governar, assim como o sapateiro domina a arte de confeccionar sapatos, ou o engenheiro a arte de construir prédios. Entretanto, Sócrates nunca esclareceu suficientemente como se chegar legitimamente a esse “governo ideal exercido por aquele que sabe” ...

As ideias antidemocráticas de Sócrates, embora não fossem, da parte dele, objeto de qualquer tentativa concreta em termos de atuação política (eram apenas exercícios de análise filosófica), acabaram influenciando conspirações para derrubada da democracia ateniense e implantação de governos baseados na força e não no consenso da vontade da maioria dos cidadãos. Nos anos de 411 e 404, por duas vezes, a democracia ateniense foi derrubada, instalando-se um regime de tirania ou ditadura. A primeira ditadura, a de 411, durou apenas 4 meses, a segunda, de 404, oito meses. Em 401 a. C., apenas 2 anos antes do julgamento de Sócrates, houve nova tentativa de golpe contra a democracia ateniense. Nas lideranças de todas as três iniciativas antidemocráticas, figuravam alguns dos ex-alunos e discípulos de Sócrates. Daí a sanha dos partidários da democracia ateniense contra o filósofo, acusando-o de mentor intelectual dos conspiradores que atentaram, mais de uma vez, contra as instituições políticas da cidade.

Segundo Stone, o júri que acabou condenando Sócrates relutou bastante em fazê-lo. E assim foi porque as acusações contra ele não lhe imputavam violação de nenhuma lei específica. As duas acusações que lhe fizeram – impiedade (não respeitar ou não acreditar nos deuses da cidade) e ensinamento de suas convicções

antidemocráticas – não violavam qualquer lei vigente. E mais: ao aceitar ditas acusações, os juízes desrespeitaram um dos consagrados direitos que caracterizavam a democracia ateniense: a liberdade de expressão. No dizer de Stone: “Quando Atenas processou Sócrates, a cidade se traiu. O paradoxo, a vergonha do julgamento de Sócrates é o fato de uma cidade famosa pela liberdade de expressão nela existente processar um filósofo que não era acusado de outra coisa senão exercer o direito de se exprimir livremente. [...] Ao processar Sócrates, Atenas agiu de modo ‘antiateniense’, por estar assustada com os três terremotos políticos recentes – a derrubada da democracia em 411 e 404 a. C., mais uma nova ameaça de ditadura em 401. Esses acontecimentos ajudam a explicar o julgamento de Sócrates, mas não o justificam.” (p. 201 e 202).

Ainda, segundo o jornalista, se Sócrates tivesse invocado em sua defesa a liberdade de expressão talvez tivesse sido absolvido. Mas, estranhamente não o fez, o que pode ter ocorrido, alvitra Stone, porque fazê-lo seria, de certa maneira, estar referendando um dos mais consagrados institutos da democracia ateniense, que ele tanto escarnecia.

*O Julgamento de Sócrates* é um livro riquíssimo de dados históricos, referências e discussões. E, como ficou dito acima, muito atual, num momento em que a liberdade de expressão vem sendo cada vez mais vitimizada, supostamente em nome da defesa da democracia. E a própria ideia de democracia como expressão da vontade da maioria está em crise, cada vez mais corroída pelo socratismo atual disfarçado sob a expressão “vanguarda iluminista. contramajoritária”. ([limajb48@gmail.com](mailto:limajb48@gmail.com))